



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020

### PROPOSTA DE PAUTA

#### 1. Previsão de Pauta

- 1.1. Abertura dos trabalhos pelo Ministro e pela Secretária-Geral do CSJT.
- 1.2. Mudanças na composição e na competência da Comissão Nacional de Efetividade da Execução
- 1.3. Projeção do fluxo de trabalho
- 1.4. Integração com as Regiões
- 1.5. Semana Nacional da Execução Trabalhista
- 1.6. Projetos em Desenvolvimento nos TRTs
- 1.7. SISBAJUD e outros sistemas

#### 2. Divisão de Tarefas da Comissão da Efetividade da Execução Trabalhista

- 2.1. A Secretária-Geral ficou de verificar o andamento da regulamentação da ferramenta eletrônica LAB-CSJT e Qlik View.
- 2.2. A Secretária-Geral está responsável em acompanhar a elaboração do Ato de alteração dos membros da Comissão.
- 2.3. Comissão irá demandar à ENAMAT e Escolas Judiciais para implementar uma capacitação mínima para utilização da ferramenta da versão final do BACENJUD.
- 2.4. Dr.<sup>a</sup> Anna Carolina irá agendar uma reunião com o Conselheiro do CNJ após a Comissão finalizar uma proposta concreta de regulamentação do BACENJUD, com exposição de motivos em anexo.
- 2.5. Dr. Cácio ficou responsável em agendar uma Reunião com a Comissão a fim de definir as iniciativas dirigidas a Semana Nacional, bem como o cronograma junto ao CSJT e a SECOM.
- 2.6. Dr. Cácio ficou responsável em realizar um levantamento global, com envio de ofício se necessário, de quem está à frente da execução de cada Região: Coordenadores de cada Tribunal Regional do Trabalho, Núcleos de pesquisa patrimonial ou Núcleos de execução.
- 2.7. Dr. Cácio está responsável em levantar as Boas práticas junto aos Tribunais Regionais do Trabalho.
- 2.8. Levantamento de Ato dos TRTs para apresentar uma proposta formalizada de Ato unificado para a Semana Nacional de Execução.
- 2.9. Convidar a SECOM para a próxima reunião na qual irão tratar das ações de marketing positivo das ações de Combate à COVID.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020

- 2.10. Agendar reunião com o juiz auxiliar que irá ficar responsável para informar sobre o projeto Wallace (ferramenta de gestão de dados para identificação de lavagem de ativos e gestão patrimonial).
- 2.11. Comissão deve realizar uma capacitação até o dia 11 de setembro, antes do Dr. Dorotheo ser requisitado, a fim de depois replicar a informação para os gestores regionais.

### 3. Outros assuntos

### 4. Deliberações via e-mail

### 5. Agendamento da próxima reunião

Agendamento da próxima reunião para **25 de agosto**, terça-feira, de 13h-14h, por vídeoconferência.

### ATA DE REUNIÃO

Local	Período
Vídeoconferência	19/08/2020

No dia **19 de agosto de 2020**, por vídeo-conferência, das 15h30 às 17h15, ocorreu a Reunião da Efetividade da Execução da Justiça do Trabalho. Estiveram presentes os seguintes membros da referida Equipe, bem como os servidores da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica (AGGEST):

Nome
<b>Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão</b> Coordenador do Comitê de Efetividade da Execução Trabalhista
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - Coordenadora
<b>Kleber de Souza Waki</b> Juiz do TRT da 18ª Região – Coordenador Região Centro-Oeste
<b>André Braga Barreto</b> Juiz do TRT da 7ª Região - Coordenador Regional Região Nordeste
<b>Emanuel Moura</b> Diretor de Secretaria do TRT da 3ª Região



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020

<b>Charles Baschirotto Felisbino</b> Juiz do TRT da 12ª Região – Coordenador Região Sul
<b>Dorotheo Barbosa Neto</b> Juiz do TRT da 14ª Região – Coordenador Região Norte
<b>Cacio Oliveira Manoel</b> Juiz TRT 21ª Região - Coordenador Executivo
<b>Anna Carolina Marques Gontijo</b> Juíza do TRT da 2ª Região – Coordenadora Região Sudeste
<b>Ivan Bonifácio</b> Assessor Chefe da AGGEST
<b>Adhara Campos Vieira</b> Servidora do TST lotada na AGGEST

Após agradecer a presença de todos, o Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão e a Secretária-Geral do CSJT encaminharam a discussão dos itens da pauta:

### 2. Itens para pauta

Item:	2.1 - Abertura dos trabalhos pela Secretária-Geral do CSJT e pelo Ministro Coordenador Geral da Comissão – Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão	ID	
<p><b>Situação atual:</b> A Secretária Geral registrou que a Assessoria de Governança e Gestão Estratégica irá acompanhar as reuniões de Comitês e Comissões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Pontuou a abordagem mais estratégica da Comissão de Efetividade da Execução, o que justifica o suporte da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica para auxiliar em termos de organização. Registrou que a organização será em relação à atividade, regulamentação e documentação dos trabalhos da Comissão. Pontuou que a Presidência reestruturou o perfil de estrutura organizacional do Conselho e juntamente com esta organização houve o marco delimitador em relação às atividades da Comissão (gestão) e às atribuições da Corregedoria (atividade executória). As questões da transferência para a Corregedoria foram encaminhadas pela Presidência. O Ministro Cláudio informou a mudança de composição e competência do Comitê Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET). No tocante à <u>composição</u>, conforme novo Ato de nomeação que está em elaboração, o Dr. Dorotheo Barbosa, do TRT da 14ª Região, será substituído pelo Dr. Cacio Manoel, do TRT da 21ª Região, que passa a integrar a Comissão Nacional da Efetividade da Execução. O Ministro informou que o Dr. Dorotheo foi convidado ao CNJ e será convocado para integrar o projeto LAB – CNJ, que é o Laboratório Nacional para pesquisa patrimonial e identificação de ativos. Em relação à mudança na <u>competência</u> da CNEET, explicou que, conforme orientação da Ministra Presidente do TST/CSJT, Maria Cristina Peduzzi, a Comissão vai ficar vinculada à gestão nacional da Execução na Justiça do Trabalho, enquanto as ações dos Tribunais relativos à execução ficarão vinculadas à Corregedoria. Comunicou a</p>			



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020

mudança do perfil da CNEET, no sentido de não ter mais a função de executora, mas sim de gestora. A Vice-Presidência irá providenciar o Ato para passar o conhecimento da operação relacionada aos projetos que envolvem a execução.

**Encaminhamento:** (1) Novo Ato com a alteração de alguns membros da Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista; (2) Reunião com os Gestores da Execução para orientar os Coordenadores Regionais a fim de facilitar as ações de cada Tribunal. (3) Fazer um levantamento global, com envio de ofício se necessário, de quem está à frente da execução de cada Região: Coordenadores de cada Regional, dos Núcleos de pesquisa patrimonial ou Núcleos de Execução. (4) Fazer uma ação a fim de divulgar a “Semana Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista”, no sentido de promover uma sensibilização destes responsáveis locais com os Coordenadores da Comissão.

<b>Item:</b>	<b>2.2 - Reunião para definir as iniciativas dirigidas a Semana Nacional de Execução Trabalhista</b>	<b>ID</b>	
--------------	--	-----------	--

**Situação atual:** Houve um lançamento incorreto na Semana Nacional de 2018 que precisa de ajustes. Drar. Anna Carolina registrou a importância de se considerar os pagamentos dos Alvarás, pois só foram computados os de audiência de conciliação (esse ajuste foi realizado no ano de 2019, precisa checar se está ajustado para 2020). Dr. Cacio sugeriu três frentes de atuação: o bom devedor, que está em dificuldade em razão da pandemia, o mau devedor que é recalcitrante e insiste no não pagamento e os recursos “Garimpo” para coletar os dados para utilizar o dinheiro que já está na Justiça do trabalho. Ministro registrou os acordos com a AGU para apresentação de cálculos com deságio para evitar o precatório como uma medida da efetividade da execução. O Dr. Kleber Waki informou que essa ação age apenas na RPV, no precatório somente se o sujeito renunciar ao excedente, e informou que a União não tem fila de RPV. Ministro sugeriu que o Dr. Cacio agende uma reunião para definir a ferramenta de extração de dados e o calendário de implementação para não ter lançamento manual sujeito a falhas na Semana Nacional de Execução. Os dados devem ser conferidos na semana posterior, o que já deve estar ajustado no cronograma da Semana, bem como o envio ao Conselho e à SECOM.

**Encaminhamento:** (1) Ministro sugeriu que o Dr. Cácio agendasse uma reunião com a Comissão para definir as iniciativas dirigidas a Semana Nacional de Execução, bem como o cronograma junto ao CSJT e à SECOM. (2) Sugestão de incluir a SECOM na próxima reunião para ações de marketing positivo das ações de Combate à COVID. (3) Ministro solicitou a pesquisa no sentido de levantar todos os Atos dos Tribunais Regionais do Trabalho a fim de que a Comissão apresente uma proposta formalizada e unificada de Ato a ser utilizado por todos os TRTs.

<b>Item:</b>	<b>2.3 – Projetos e Sistemas</b>		
--------------	----------------------------------	--	--

**Situação atual:** A Comissão discutiu a respeito da utilização dos sistemas BACENJUD, SISBAJUD, Projeto LAB-CSJT, Qlik View e Ferramenta Wallace. Dr. Dorotheo falou da ferramenta Wallace, do Projeto LAB e do



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020

desenvolvimento de painéis via ferramenta Qlik, *business intelligence*, desenvolvida inicialmente como uma ferramenta gratuita para a Justiça do Trabalho. Informou que a ferramenta Click passou a ser cobrada a partir de 30/06/20, o que levou a iniciativa no sentido de compatibilizar informações ou adquirir o Qlik. As ferramentas do TST não seriam suficientes e a Qlik enviou uma autorização para acesso gratuito para o TST e os 24 TRT's até o final do ano de 2020, o que em princípio foi aceito pelos representantes da reunião. Entretanto, não houve retorno ainda desta demanda aberta, mas o fato é que desde 30/06/2020 o sistema está sem alimentação e tratamento de base de dados. Pontuou ser importante formalizar a demanda para os usuários locais e a questão da rede protegida que precisa ser repensada por conta da pandemia. Justificou o uso do sistema ante sua efetividade, visto que o Qlik permitiu a detecção de movimentações atípicas no volume total de R\$ 5 bilhões, o que garante o recebimento na execução. Explicou que o CNJ pretende ser um parceiro do TST, pois ele tem a base do Qlik e, além disso, o CNJ possui o objetivo de criar um sistema brasileiro próprio de identificação de ativos. Ivan Bonifácio saudou o Ministro e comentou o projeto de combate à corrupção Rede LAB do Ministério da Justiça, cuja manipulação e identificação de ativos é o da Polícia Civil do Distrito Federal. O aplicativo seria disponibilizado gratuitamente e é considerado a patamar de excelência mundial. Por ter a ferramenta do *Qlik View* um custo alto, sugeriu, dentro do possível, o convênio com a RedeLAB. O juiz Dorotheo Barbosa comentou que já existe a parceria, mas o Argos e o sistema da Polícia Civil não abarcam a necessidade da justiça trabalhista. Informou que o trabalho do LAB era no modo offline em virtude das pessoas pesquisadas pelo sistema. Informou que a autorização para prosseguimento do pedido da utilização do Qlik está em tramitação e deve ser publicado em breve. A Secretária-Geral registrou que a interlocução para novos convênios e parcerias com outros órgãos que seja do interesse do CSJT será realizada por iniciativa da Comissão para ser implementada como política pública do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Dr. Cacio pontuou que há um Ato CSJT.GP n.º 98/2020 que trata a respeito da transferência do LAB e dos demais convênios. Dr. Kleber Waki sugeriu a apresentação do Projeto LAB no Coleprecor. Dr. Anna Carolina enviou e-mail para o Bacen perguntando sobre a regulamentação do BacenJUD 2.0 que tem funcionalidade nova, mas foi respondido com uma notícia do CNJ apenas informando que a utilização é a mesma da versão anterior. Pontuou as inovações da nova versão: quebra do sigilo bancário e requisitos para quebra, alcance de pagamento das contas cadastradas no Bacen e corretoras de ações e títulos, interlocução dos sistemas da ordem de bloqueio. Propôs um novo regulamento do próprio BACEN, entre o Poder Judiciário e Banco Central do Brasil. Dr. Dorotheo indicou que a Comissão tratasse diretamente com o Conselheiro Luciano Frota, que fez grande evolução nesses sistemas em virtude dos esforços pessoais dele, e o Conselheiro Marcos Vinícius, que ficou à frente do Projeto BacenJUD no escritório de projetos do CNJ sobre o SISBAJUD. Ministro pediu para agendar uma reunião com o CNJ para a Comissão propor uma regulamentação. Sugeriu que a CNEET enviasse os pontos em relação aos quais a Comissão considera ser necessária a regulamentação e enviasse uma proposta em concreto no sentido de ser alterada a regulamentação atual do Bacejud, com exposição de motivos em anexo. A Comissão considerou que, antes da ferramenta ser iniciada, é preciso alterar a Resolução vigente. Dr. Kleber pontuou que o problema do BACENJUD é que ele acaba sendo um sistema mensageiro, motivo pelo qual sugeriu focar no Banco de Dados. Dr.ª Anna Carolina sugeriu uma ação conjunta com a conciliação e sugeriu ação semelhante ao projeto garimpo, no sentido de que houvesse um termo de acordo padrão firmado com o TST e os TRTs nos quais os Tribunais apenas aderem. Ivan sugeriu que o projeto oficial do Laboratório fosse sugerido como estratégico



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020

da Justiça do Trabalho. Ministrou registrou a importância do juiz da Execução da Corregedoria para o Ministro Aloysio também ter acesso com segurança ao uso da ferramenta.

**Encaminhamento:** (1) A Secretária-Geral ficou de verificar o andamento da regulamentação da ferramenta eletrônica LAB. (2) Ministro sugeriu a abertura de uma demanda junto à ENAMAT e às Escolas Judiciais dos TRTs para implementar uma capacitação mínima para utilização da ferramenta da versão final do BACENJUD. (3) Ministro pediu para agendar uma reunião com o Conselheiro do CNJ de sugestão de regulamentação do BACENJUD, com exposição de motivos, a fim de atualizar a utilização do SISBAJUD. (4) Pesquisa e levantamento das Boas práticas dos Tribunais Regionais. (5) Ministro pediu uma reunião com o juiz auxiliar que irá ficar responsável para informar sobre o projeto Wallace (ferramenta de gestão de dados para identificação de lavagem de ativos e gestão patrimonial). (6) Comissão deve realizar uma capacitação até o dia 11 de setembro, antes do Dr. Dorotheo ser requisitado, a fim de depois replicar a informação para os gestores regionais.

<b>Item:</b>	<b>2.4 – Projetos Desenvolvimento TRTs</b>	I	D
<b>Situação atual:</b> Ministro solicitou o levantamento das Boas práticas dos Tribunais Regionais. Dr. Kleber questionou se pode ser incluso a distribuição de recursos para a pandemia. Ivan sugeriu a escolhas das melhores práticas para nacionalizar o projeto pela Rede de Governança.			
<b>Encaminhamento:</b> Ministro Cláudio sugeriu incluir a Taciana da SECOM na próxima reunião para ações de marketing positivo das ações de Combate à COVID.			

A ata foi submetida aos membros do Comitê, que a aprovaram.

Nome	Assinatura
<b>Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão</b> Coordenador do Comitê de Efetividade da Execução Trabalhista	
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - Coordenadora	
<b>Kleber de Souza Waki</b> Juiz do TRT da 18ª Região – Coordenador Região Centro-Oeste	
<b>André Braga Barreto</b> Juiz do TRT da 7ª Região - Coordenador Regional Região Nordeste	
<b>Emanuel Moura</b>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **Efetividade da Execução Trabalhista – 19/08/2020**

---

Diretor de Secretaria do TRT da 3ª Região	
<b>Charles Baschiroto Felisbino</b> Juiz do TRT da 12ª Região – Coordenador Região Sul	
<b>Dorotheo Barbosa Neto</b> Juiz do TRT da 14ª Região – Coordenador Região Norte	
<b>Cacio Oliveira Manoel</b> Juiz TRT 21ª Região - Coordenador Executivo	